

NESTA EDIÇÃO

Reunião da CANC: pleito para transição suave de implantação da IN RFB 1771, 2

CVM prorroga audiência da alteração da Instrução 476, sobre ofertas com esforços restritos, 2

CVM: normas para auditores independentes, 3

Governo altera estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e do CARF, 3

Presidente Executivo da Abrasca participa de seminário em comemoração aos 20 anos da revista Insight-Inteligência, 3

Conferência do ICGN em Tóquio, 4

Ri Happy vai abrir o capital, 4

Notas S&C, 4

Investimento sustentável chegou ao Japão

Princípios de Stewardship entram em vigor nos EUA

CFTC: página na Web sobre moedas virtuais

BB Corretora compra participação em plataforma digital

Via Varejo inaugura primeira loja física digital

Gente, 4

Maria Silvia vai presidir Goldman Sachs no Brasil

Gerdau: mudança na presidência de aços longos nos EUA

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho -

3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Reunião da CANC: pleito para transição suave de implantação da IN RFB 1771

No dia 17 de janeiro, a CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da **Abrasca** – se reuniu através de teleconferência para analisar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.771 que apura os tributos relacionados à aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – e decidiu por pleitear junto à RFB período de transição suave para implantação da IN.

Debateu também a audiência pública do CFC e do CPC referente ao Pronunciamento Técnico CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.

Presentes: Alessandra Mazzeti (Net), Alexandre Furtado (**Abrasca**), Ana Abreu (Nova4), Ana Cláudia (Petrobras), Anderson Bastos (Helbor), Arthur Santos (Presidente da Canc), Augusto Monteiro (Kpmg), Carolina Melo Costa (Raizen), Cesar Augusto Silva (Kroton), Claudio Yano (PwC), Dione Isabel (Petrobras), Erika Denise Martins (Grupopan), Evany (PwC), Helano Souza (Petrobras), Jasson Silva (Claro), Jorge Cerqueira (Energisa), Julio Cesar de Oliveira (Biosev), Luciane Frazão (Claro), Marcelo Batista (Sul América), Marcio Mendes (Dasa), Marco Bove (Suzano), Marcos Roberto Alves (GrupoPan), Maria Souza (Claro), Maristela Pereira (Biosev), Nanci Santos (Claro), Silvio Roberto (Klabin), Vanessa Cahal Canado (Derraik & Menezes Advogados), Weberthon Nunes (Dasa).

Análise da IN RFB 1.771 que apura os tributos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes

Arthur Santos, presidente da CANC, iniciou o tema ressaltando a importância da análise da Instrução expedida em dezembro de 2017, IN RFB 1.771, que incluiu o Anexo IV à IN RFB 1.753.

Este novo anexo dispõe sobre o tratamento tributário dos novos métodos e critérios contábeis decorrentes da adoção do CPC 47 a partir de 2018 e considera as sugestões recebidas em relação à sua minuta colocada em consulta pública em setembro de 2017.

Foi destacado que é um normativo complexo, principalmente por se tratar de apuração tributária de pronunciamen-

to contábil que possui muitos aspectos subjetivos, dando margem a interpretações diversas. Além disso, alcança um universo grande de empresas.

Tais aspectos subjetivos levaram os participantes a manifestarem preocupação com uma possível insegurança jurídica que possa advir de interpretações da nova norma divergentes daquelas feitas pelo Fisco. Por exemplo, quando o contribuinte, diante dos novos e anteriores critérios contábeis, tem que ponderar quais os fatos geradores (conceito de renda, lucro e receita) tributários a serem utilizados pela empresa.

Para evitar que interpretações contraditórias levem a um universo de aumento de medidas judiciais contenciosas, que prejudicam a fluidez dos negócios, os participantes sugeriram que a **Abrasca** envie pleito à Receita Federal do Brasil solicitando um período de transição suave da IN RFB 1771, prevendo alguma flexibilização das punições no primeiro ano.

Foi deliberado o envio do pleito, destacando-se que isso traria maior segurança jurídica, além de facilitar uma melhor implementação da norma, com tempo maior de entendimento do novo pronunciamento contábil e da apuração tributária dele decorrente.

Em seguida, foram debatidos questionamentos de interpretação da norma tributária, como por exemplo, a aplicação do critério de alocação do desconto e o reconhecimento da receita em razão da aplicação do critério da transferência do controle dos bens ou serviços para o cliente.

Esse último tópico correspondente aos itens 31, 33 e 34 do CPC 47 tratam do ajuste do cut off, que já era previsto no CPC 30, mas que recebeu novos contornos no 47 e, que podem, não contar com previsão de ajuste fiscal na Lei 12.973/14, posição que a RFB parece corroborar.

Como há uma lista grande de dúvidas das companhias, foi deliberada a criação de um Grupo de Trabalho, coordenado pela advogada tributarista Vanessa Canado, para elaborar uma lista de questões sobre a nova norma para apresentar à RFB, que depois seria objeto de debate em seminário formato Pocket, a ser realizado em abril de 2018 pela **Abrasca**.

Resposta à audiência Pública do CPC e do CFC sobre o Pronunciamento Técnico CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria

O presidente da CANC, Arthur Santos, iniciou o assunto informando que o Pronunciamento Técnico CPC 49 foi posto em audiência pública somente pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo CPC com o objetivo de implementação, principalmente, pelas entidades de previdência complementar.

O Pronunciamento corresponde à norma internacional do IASB – IAS 26 – Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans. Algumas sugestões de ajustes da norma foram listadas pelos participantes e solicitou-se que fossem formalizadas por e.mail para posterior consolidação e envio para o CFC e o CPC.

Não havendo mais assunto a ser tratado, Arthur Santos encerrou a teleconferência.

CVM prorroga audiência da alteração da Instrução 476, sobre ofertas com esforços restritos

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prorrogou para 23 de fevereiro o prazo para recebimento de sugestões e comentários da Audiência Pública SDM 5/2017, que possibilita a prática de estabilização de preços nas ofertas com esforços restritos.

A minuta de norma propõe alterações nas Instruções 476 e 400, que dispõem sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário. A data anterior para envio de sugestões era 25 de janeiro.

A **Abrasca** realizou reunião conjunta da COJUR e da COMEC no último dia 16 de janeiro para debater a proposta de alteração e circulou a minuta de Carta da associação em resposta à audiência pública.

Acesse o edital da Audiência Pública SDM 05/2017 (<https://goo.gl/CDJKqs>) e o aviso de prorrogação: (<https://goo.gl/BC5rMj>).

CVM: normas para auditores independentes

A Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou, em 17 de janeiro, Ofício Circular com orientação para auditores independentes. Documento esclarece sobre atuação no mercado de valores mobiliários e aplicação das normas na execução dos trabalhos.

Os temas abordados no Ofício são:

- Informações periódicas (art. 16 da ICVM 308)
- Atualização cadastral (ICVM 510)
- Comunicações relativas aos arts. 7 e 7-A da ICVM 301
- Programa de revisão externa de qualidade (art. 33 da ICVM 308)
- Programa de educação profissional continuada (art. 34 da ICVM 308)
- Rotatividade de auditores (art. 31 da ICVM 308)
- Emissão de relatório circunstanciado (art. 25, inciso II da ICVM 308)
- Novo relatório de auditoria e principais assuntos de auditoria
- Exame de Qualificação Técnica (art. 30 da ICVM 308)
- Composição das equipes de auditoria (art. 25, inciso VII da ICVM 308)
- Cadastro único (art. 11, parágrafo único da ICVM 308)

Governo altera estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e do CARF

O Diário Oficial da União (DOU) publicou no dia 16 de janeiro o Decreto 9.266/2018, que altera a estrutura regimental e o quadro de cargos de confiança do Ministério da Fazenda. A mudança altera parcialmente o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), especificamente no que se refere à advocacia da concorrência.

Com isso, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) foi extinta e duas novas secretarias foram criadas: 1) Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência; e 2) Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias.

O titular da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência será o atual Assessor Especial de Reformas Microeconômicas, João Manoel Pinho de Mello. O atual Secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto de Almeida, assumirá a Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias.

Nota publicada pela assessoria de imprensa do Ministério destaca que alteração na estrutura regimental do Ministério da Fazenda foi feita com o remanejamento e transformação de cargos já existentes. A medida não irá gerar qualquer impacto no quantitativo de cargos e funções comissionadas do Ministério da Fazenda ou aumento das despesas com pessoal.

O decreto traz ainda a extinção de 55 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS), que serão substituídos por igual número de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

Além disso, o decreto modifica a estrutura organizacional do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), considerando a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, constituída com a utilização do conjunto de cargos em comissão e funções gratificadas já existentes na estrutura atual.

Os órgãos do Ministério afetados pelas mudanças terão até o dia 30 de janeiro para publicar os remanejamentos dos cargos.

Presidente Executivo da Abrasca participa de seminário em comemoração aos 20 anos da revista Insight-Inteligência

O presidente Executivo da **Abrasca**, Eduardo Lucano, participou do Seminário Brasil: Imperativo Renascer realizado no Palácio da Justiça, no Rio de Janeiro, em celebração aos 20 anos da Revista *Insight-Inteligência*, editada pela *Insight Comunicação*.

O comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Bôas, afirmou que uma intervenção militar no país seria um retrocesso, embora, ainda segundo o general, uma pesqui-

sa de opinião aponte que 43% da população apoie a ideia.

"Interpreto também aí uma identificação da sociedade com os valores que as Forças Armadas expressam, manifestam e representam", completou.

Aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Milton Fernandes de Souza, o seminário se configurou como espaço para reflexão sobre os desafios do Brasil. Atores das cenas política, econômica e acadêmica apresentaram alternativas para superação das crises econômica e social.

Paulo Rabello de Castro, presidente do BNDES, disse ser necessário realizar mudanças estruturais no país, que passam pela Reforma da Previdência, pela queda nos juros e pela redução da carga tributária. Ao ressaltar os 65 anos do banco de fomento, defendeu uma parceria entre as instituições estatais e a sociedade para alavancar o desenvolvimento do país.

O presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Ivan Simonsen Leal, observou que muitos dos problemas econômicos do país decorrem da ausência de planejamento estratégico no orçamento. Já o embaixador Jorio Dauster assinalou a carência de representatividade dos partidos políticos brasileiros como um dos fatores que acirram a crise política.

Cientista político, Wanderley Guilherme dos Santos mostrou projeções de dados de crescimento social e atividade econômica do Brasil para os próximos 20 anos. "Há uma revolução digital trazendo destruição de empregos. E percebemos o despreparo de nossas elites para enfrentar esse cenário", afirmou.

Por fim, o editor de *Insight-Inteligência*, Christian Lynch, buscou inspiração em Alberto Torres, um dos expoentes do pensamento ruralista brasileiro. Ao citar as obras *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*, ressaltou fissuras no tecido social, que sinalizam, na opinião de Lynch, a demanda por reformas urgentes nas esferas política e econômica do Brasil.

Publicada desde 1997, a revista *Insight-Inteligência* consolidou-se como um dos mais conceituados projetos editoriais do país. Seus artigos e ensaios refletem o que há de mais pulsante na elite intelectual brasileira.

Conferência do ICGN em Tóquio

A International Corporate Governance Network (ICGN) e o Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC na sigla em inglês) realizarão em Tóquio conferência que terá como foco o aprimoramento do valor corporativo a longo prazo no Japão. O evento, que será aberto por Takao Ochi, Ministro de Estado dos Serviços Financeiros, acontecerá nos dias 28 de fevereiro, no Mandarin Oriental Hotel Tokyo, e 1º de março, na Tokyo Stock Exchange.

A proposta do ICGN e IIRC é discutir propostas para acelerar as reformas de governança e administração e mitigar os impedimentos aos esforços de engajamento de empresas e investidores a este processo.

A agenda contará com mais de 40 palestrantes internacionais e líderes de governança proeminentes do Japão, incluindo: • Masamichi Kono, Secretário-Geral Adjunto, OCDE; • Hitoshi Ochi, presidente e CEO da Mitsubishi Chemical Corporation, Japão; • Takaaki Nishii, presidente e CEO da Ajinomoto Co., Inc., Japão; • Koichiro Miyahara, presidente e CEO da Tokyo Stock Exchange.

Ri Happy vai abrir o capital

A Ri Happy, uma das maiores varejistas de brinquedos e artigos infantis do Brasil, entrou com pedido na CVM para registro de uma oferta inicial de ações (IPO na sigla em inglês). A empresa, fundada em 1988, tem 259 lojas em 25 Estados do país.

No início de 2012, a Ri Happy foi vendida para o fundo de private equity americano, Carlyle, que comprou 100% do capital da empresa.

Os recursos a serem captados com a oferta pública inicial serão usados para expansão e investimento em lojas, projetos estratégicos e reforço do balanço, além de melhoria na estrutura de capital. A companhia afirmou que pretende continuar sua política de aquisições “complementar à base atual, mantendo a disciplina na seleção das empresas”.

A Ri Happy teve lucro líquido de R\$16,4 milhões em 2017, após prejuízo de R\$ 6,5 milhões em 2016 e resultado positivo de 26,7 milhões em 2015, segundo o prospecto enviado à CVM.

Notas S&C

Investimento sustentável chegou ao Japão

Artigo publicado no *The Economist*, mostra que entre 2014 e 2016 os fundos com investimento em ativos Environment, Sustainability and Governance – ESG cresceram mais no Japão do que em qualquer outro país. O saldo do investimento sustentável do Japão é de US\$ 474 bilhões, ou cerca de 3,4% do total de ativos gerenciados do país. A diferença é que no Japão a iniciativa parte do governo ao invés de partir de investidores individuais. Leia o artigo na íntegra em <https://goo.gl/CZeVgg>.

Princípios de Stewardship entram em vigor nos EUA

Entrou em vigor nos Estados Unidos, em janeiro deste ano, os **princípios do Investor Stewardship Group (ISG)**, do qual fazem parte grandes gestores de investimento e fundos de pensão. Stewardship é a governança dos investidores institucionais que, ao assumirem a gestão de recursos de terceiros, precisam cumprir o dever fiduciário pactuado com seus clientes. O grupo de signatários e apoiadores, que reúne ativos de aproximadamente USD 22 trilhões, incluem: **Blackrock, Calpers, Calstrs, JP Morgan, MFS, Neuberger Berman, T Rowe Price, State Street**, dentre outros. Além destes, gestores globais não baseados nos Estados Unidos manifestaram seu apoio, entre eles **Aberdeen, Robeco, Hermes, HSBC, PGGM, UBS, MN e Newton**. Mais informações:

www.isgframework.org.

CFTC: página na Web sobre moedas virtuais

A Commodity Futures Trading Commission (CFTC) lançou uma página web com informações sobre moedas virtuais. O objetivo é educar e informar o público, incluindo os possíveis riscos associados ao investimento e especulação em moedas virtuais. Veja a página em www.cftc.gov/bitcoin.

BB Corretora compra participação em plataforma digital

O Cade aprovou a compra pela BB Corretora, subsidiária da BB Seguridade, de 49,99% das ações ordinárias e da totalidade das ações preferenciais da Ciclic. A empresa, controlada pela Financial Principal

Services, é uma companhia em estágio inicial de operação que visa tornar-se uma plataforma digital de distribuição de produtos de previdência privada aberta. Na avaliação do Cade, a operação não gera preocupações concorrenciais em razão da condição pré-operacional da Ciclic.

Via Varejo inaugura primeira loja física digital

A Via Varejo, que comercializa móveis e eletrodomésticos, inaugurou a primeira loja física digital, introduzindo tecnologias com as quais espera conseguir ganhos de produtividade de 25 a 30%. A meta da empresa é abrir ainda este ano mais duas lojas físicas digitais. A Via Varejo, que reúne as bandeiras Casas Bahia e Ponto Frio, é controlada pelo GPA.

Gente

Maria Sílvia vai presidir Goldman Sachs no Brasil

Maria Sílvia Bastos Marques, ex-presidente do BNDES e com passagem pela CSN e pelo Icatu, vai presidir o banco de investimentos Goldman Sachs no Brasil. A executiva era uma das cotadas para substituir Paulo Leme, que já tinha anunciado que deixaria o banco, que comandou por três anos. Um dos desafios de Maria Sílvia será ampliar o peso do Brasil nas operações globais da instituição. Além da experiência em empresas privadas e no BNDES, Maria Sílvia já ocupou cargos públicos como o de secretária municipal da Fazenda do Rio e presidiu a Empresa Olímpica, estatal carioca responsável por coordenar projetos dos Jogos Olímpicos.

Gerdau: mudança na presidência de aços longos nos EUA

A Gerdau informou que o presidente da divisão de aços longos na América do Norte, Peter Campo, deixou a companhia. Ele será substituído interinamente pelo presidente-executivo do grupo, Gustavo Werneck. “A recente alteração de nosso portfólio de negócios nos Estados Unidos demanda uma mudança na liderança para ampliar o foco na rentabilidade e, ao mesmo tempo, buscar formas inovadoras para melhor atender o cliente”, afirmou Werneck no comunicado ao mercado.